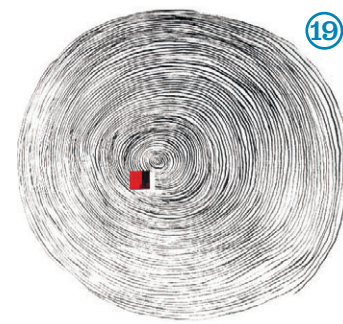


CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

F Freire de Sousa

Economista, professor da FEP,
presidente do Conselho Geral da UP

A insustentável dureza da interioridade

Cresci num Portugal salazarista em que a cartilha do ditador incluía a apologia de um saudável e simples estilo de vida no campo emanando de um universo rural subalterno e conservador que era outorga do atraso e elemento essencial de blindagem do regime – foi deste quase espontâneo modo que aprendi a reconhecer e valorizar a diversidade do(s) nosso(s) interior(es).

Anos mais tarde, Sedas Nunes e a sua caracterização de Portugal como uma “sociedade dualista” permitiu-me a desconstrução de tal perspetiva: dos malefícios de um “interior abandonado” à necessária “penetração do capitalismo nos campos” para partilha dos ganhos da modernidade. Mas o panorama seria a de uma crescente desigualdade entre o litoral das grandes cidades e suas cinturas industriais e um interior cada vez mais pauperizado e sujeito a hemorragias populacionais anunciadoras de uma irremediável desertificação, ademais num país afogado pela fixação concentracionária da capital (mapa 1).

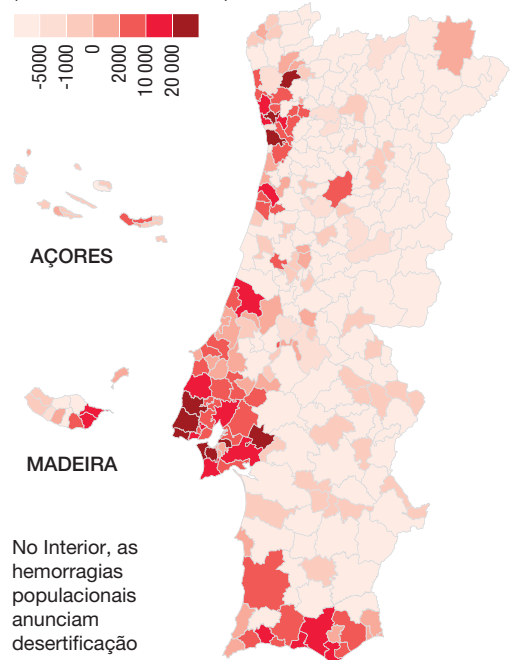
Espantosamente, os tempos da consolidação democrática agudizaram o declínio social e económico dos territórios, nunca se tendo logrado beliscar o descoço da “inconsistência institucional” que em crescendo nos invadia, com as respostas políticas circunscritas a meros alijamentos de más consciências, entre o genérico recurso à “baixa densidade” como inconse-

quente prioridade, desconchavos ludibriantes (Infarmed, governantes deslocalizados, propagandismos inúteis de unidades de missão dedicadas ou de ministros coesos e afins) e arremedos desestruturantes de descentralização à la carte ou assente em frágeis trapalhadas municipalistas. Em pano de fundo, a realidade de um país cuja base territorial de competitividade é aflitivamente limitada, como o ilustram os 69% e 87% de municípios com exportações abaixo de 100 e 500 milhões de euros, respetivamente (mapa 2).

Ainda assim, registe-se o relativo contrabalanço dos trabalhos finos de João Ferrão que, sem negar o “oceano despovoado que é o interior”, vê “ilhas de dinamismo” espaçadas pelo território (sobretudo em freguesias com residentes de origem estrangeira). Esta diluição do contraste entre litoral e interior remete para um mundo da interioridade que impõe ao conceito um caráter mais difuso, incluindo designadamente outro tipo de evidências emergentes: as da condição periférica observável nos subúrbios degradados das grandes urbes nacionais e nas bolsas de pobreza e exclusão existentes no seu seio. De ressaltar, porém, que dessa extensão não deveriam resultar equívocos quanto aos caminhos adequados de intervenção, como os de uma sua mecânica aplicação ao plano político (da “prioridade à Margem Sul” que o PRR consagra ao anúncio de grandes operações infraestruturais na AML) que confunde causa e efeito e prossegue a linha do pecaminoso mindset que de há muito vem minando Portugal: agir em modo “mega”, atirando dinheiro para a superfície dos problemas ao invés de ir à sua fonte com políticas públicas focadas e pacientemente transformadoras que combatam a hipertrofia centralista e potenciem dinâmicas de arrastamento promotoras de um desenvolvimento mais equilibrado do todo nacional.

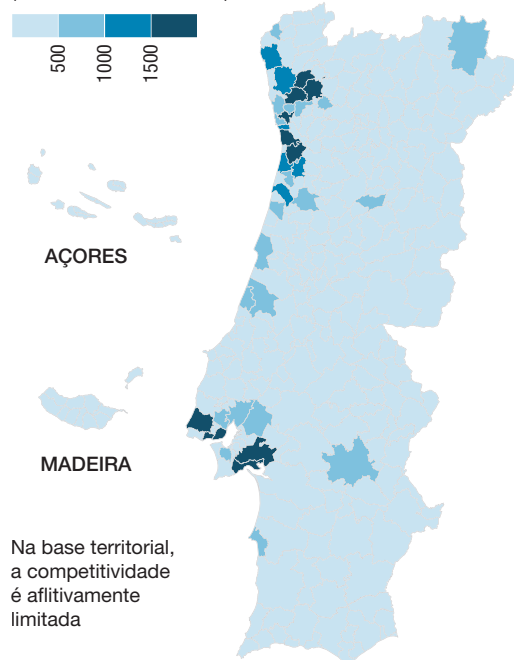
Termino sem apontar soluções. Com exceção de uns breves acenos a voluntarismos louváveis, dos minimalistas expedientes criativos de autarcas e agentes locais em torno da qualidade de vida, dos recursos endógenos ou de enfoques educativos ou culturais, a outros que se aventuraram, mala na mão, em denegridas diligências de captação de investimento estrangeiro (vide a instalação da Faurecia em Bragança). E se não arrisco ir mais longe é mesmo devido ao inconcebível grau de deslaçamento coletivo reinante – ademais com a opção pela regionalização tornada ora axiomática ora desmerecida! –, situação que já não cederá senão em face de propósitos excepcionais, mas improváveis, de comprometimento com profundas mudanças estruturais.

Variação populacional dos municípios portugueses (2001/23, n.º habitantes)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS OFICIAIS DO INE

Exportação de bens por concelho (2023, milhões de euros)



INFOGRAFIA JN / JOÃO CORREIA